Cristo Redentor Rio de Janeiro

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO 5, EDIÇÃO Nº 02 - JUN/2024









Sumário

1.DigiSUS Gestor Módulo Planejamento	. 03
2. Monitoramento dos Instrumentos	. 04
3. Análise dos Instrumentos	. 06
3.1 Situação dos Instrumentos de Planejamento do SUS no Estado do Rio de	
Janeiro	06
3.1.1 Situação dos Instrumentos de Gestão Estadual	06
3.1.2 Situação dos Instrumentos da Gestão Municipal	07
3.1.2.1 Planos Municipais de Saúde de 2022 - 2025	06
3.1.2.2 Situação das Programações Anuais de Saúde (PAS) 2018-2025	08
3.1.2.3 Situação dos RDQA	09
3.1.2.4. Situação dos RAG 2024	
4. Sistemas de Apoio	12
5. Demais Ações Interfederativas	14
5.1 Ações na Atenção Primária à Saúde	14
5.1.1 Censo Nacional das UBS	14
5.1.2 Novo Financiamento da APS	15
5.1.3 Oficina de Capacitação DigSus	15
5.2 Encerramento da Gestão Municipal de Saúde	16
6. Ministério da Saúde: agilidade e transparência nas suas ações	17
Cartilha para Apresentação de Propostas ao Ministério da Saúde	17
Zé Gotinha do Brasil e Movimento Nacional pela Vacinação	18
Programa Mais Médicos	19
Mais Especialistas	20
ComunicaBr	21
7. Conclusão	22
8. REFERÊNCIAS	23

1. DigiSUS Gestor Módulo Planejamento

O DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP) representa um sistema de informação de grande relevância, utilizado para o registro e monitoramento dos instrumentos de planejamento na área da saúde. O sistema abrange o Plano de Saúde, a Programação Anual de Saúde (PAS), o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e o Relatório Anual de Gestão (RAG).

Adicionalmente, o sistema englobou a Pactuação Interfederativa de Indicadores, abarcando o ciclo de 2018 a 2021.



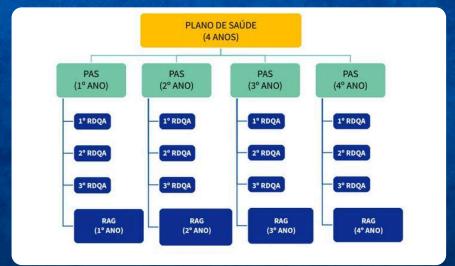
SCAN ME!





Para acesso ao DigiSUS Gestor Módulo Planejamento: https://digisusgmp.saude.gov.br/

Fluxo de registro dos Instrumentos de Planejamento no DGMP



gov.br



2. Monitoramento dos Instrumentos de Planejamento e Monitoramento

Para o monitoramento dos Instrumentos de Planejamento e Monitoramento da Gestão coletamos os dados no DigiSUS Gestor - Módulo de Planejamento (DGMP).

Trabalhamos nos dados e produzimos um Painel de *Business Intelligence* de acordo com o status dos Instrumentos em questão, conforme a metodologia descrita a seguir.

Neste Boletim apresentamos uma visão geral, focando nos últimos instrumentos (final de 2023 e primeiro semestre de 2024).





www://

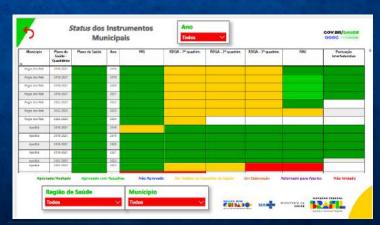
Para acesso ao Painel de Business Intelligence do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa no Rio de Janeiro:

https://bit.ly/4cUk7Zx

Porém, nosso Painel BI atual traz informações visuais com maior nível de detalhamento em relação à situação dos Instrumentos de Planejamento e Gestão desde 2018, quando o DGMP substituiu o SARGSUS. Os dados foram coletados nos dias 20 e 21 de junho.

Nessa versão apresentamos alguns visuais gráficos novos para facilitar a análise situacional. Você poderá verificar vários aspectos da entrega selecionando os municípios, as regiões de saúde e os períodos dos instrumentos.





Metodologia e *Statu*s utilizados no Monitoramento

As informações da estado do Rio de Janeiro e dos 92 municípios utilizando o sistema DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento, foram coletadas no período de **20 a 24 de junho de 2024.**

Adicionalmente, foram incorporados dados do Painel de *Business Intelligence* desenvolvido pelo Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa no Rio de Janeiro (SEINP/RJ).



APROVADO COM RESSALVAS: Quando o município já passou por todo processo de elaboração e análise pelo conselho de saúde, está com o documento aprovado, condicionando-o a ressalvas.

EM ANÁLISE NO CONSELHO DE SAÚDE: Quando o município finalizou a elaboração e enviou para o conselho de saúde, consideramos os *status* de apreciação e análise nesse campo, com objetivo de resumir a informação.

EM ELABORAÇÃO: Quando o município já iniciou a inserção de informação no sistema. Com relação ao PS não consideramos em elaboração apenas o registro da última conferência; para esses casos, o status ficou como não iniciado.

NÃO INICIADO: Quando o município não iniciou nada no respectivo instrumento, ou, no caso do PS, registrou apenas o ano da última conferência.

RETORNO PARA AJUSTES: Quando o conselho de saúde retorna o documento para devidas correções.

NÃO APROVADO: Quando o conselho de saúde reprova o instrumento de gestão.

3. Análise dos Instrumentos

3.1. SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SUS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.1.1. Situação dos Instrumentos de Gestão Estadual



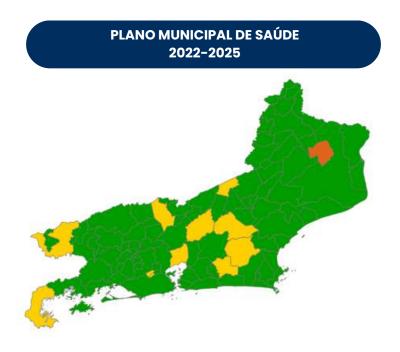
^{*}Situação dos instrumentos de gestão estadual do Rio de Janeiro, de 2018 a 2024, por status no DGMP.

Para 2023, os status do **3º RDQA** e o **RAG** que estavam em elaboração avançaram para a **Análise do Conselho**. Os RAGs referentes aos anos de 2021 e 2022 foram <u>aprovados com</u> ressalvas.

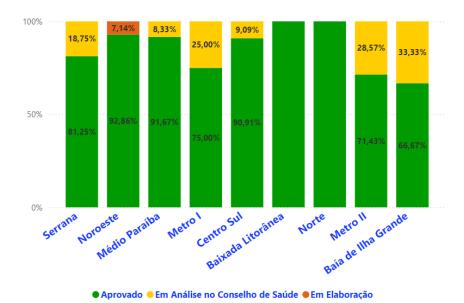
O **Plano Estadual de Saúde 2024-2027** está em "Análise no Conselho", assim como a **PAS** e o **1º RDQA.**

3.1.2. Situação dos Instrumentos da Gestão Municipal

3.1.2.1 Planos Municipais de Saúde no ciclo 2022 -2025



	1,96% 1,09%
•	1,96%
Aprovado 80 8	1.000/
	6,96%
STATUS Mun %	



 O gestor do município de Cardoso Moreira deve se apressar na finalização do plano do seu munípio devido ao término da gestão estar se aproximando.

 Os Conselhos Municipais de Saúde dos municípios de Paraty, Paraíba do Sul, Resende, Nilópolis, Mesquita, Magé, Rio Bonito, Silva Jardim, Carmo, Nova Friburgo e Teresópolis devem se apressar na avalição do plano do seu município devido ao término da gestão estar se aproximando.

3.1.2.2 Situação das Programações Anuais de Saúde (PAS)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2024

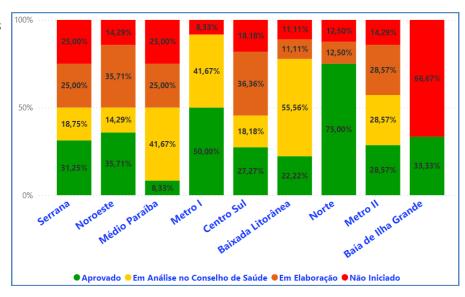
STATUS ▼	Mun	%
Não Iniciado	17	18,48%
Em Elaboração	20	21,74%
Em Análise no Conselho de Saúde	24	26,09%
Aprovado	31	33,70%
Total	92	100,00%

Nota-se situação bastante heterogênea no que tange à situação das Programações Anuais de Saúde relativas ao ano de 2024, posto que cerca de 60% delas foram elaboradas pelos gestores municipais, mas somente 30% delas passaram por todas as etapas do ciclo de planejamento, com a aprovação pelo respectivo Conselho de Saúde.

Observam-se comportamentos gráficos bastante diferenciados quando se comparam as diferentes regiões de saúde do estado.

É possível inferir que os gestores das regiões Norte e Metro 1 tiveram maior facilidade na elaboração e aprovação de suas PAS junto aos Conselhos.

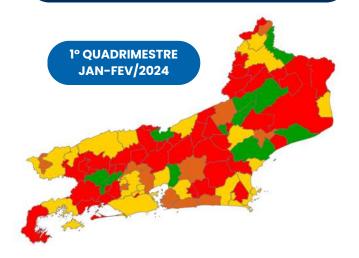
Observa-se, ainda, que, nas regiões da Baixada Litorânea e Médio Paraíba, houve a consecução na elaboração, no entanto, boa parte dos instrumentos está pendente de análise pelos respectivos Conselhos de Saúde.



Cumpre salientar que a PAS deve ser elaborada pelo gestor municipal no ano em curso e executada no ano subsequente, coincidindo com o período definido para o exercício orçamentário e a LOA, sendo o subsídio para a elaboração desta última.

3.1.2.3. Situação dos RDQA

RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

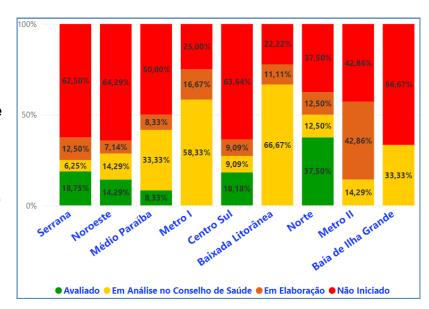


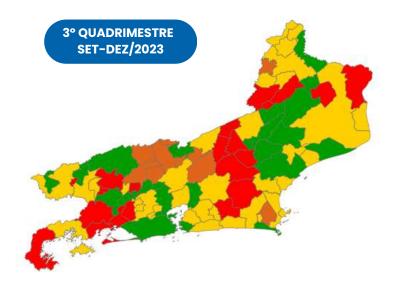
Total	92	100,00%
Não Iniciado	45	48,91%
Em Elaboração	12	13,04%
Em Análise no Conselho de Saúde	24	26,09%
Avaliado	11	11,96%
STATUS	Mun	%

O 1º RDQA, enquanto instrumento imprescindível de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS, deve ser apresentado pelo gestor municipal até o mês de maio. Entretanto, verifica-se que o referido instrumento ainda não teve sua elaboração iniciada por mais de 48% dos 92 municípios do estado.

No aspecto gráfico, chama bastante a atenção os percentuais relativos aos primeiros RDQA/2024 ainda "não iniciados", principalmente, nas regiões Serrana, Centro-Sul, Baía da Ilha Grande e Noroeste.

Com relação às regiões Metro 1 e Baixada Litorânea, salta aos olhos o fato de que os instrumentos foram, em sua maioria, elaborados pelos gestores municipais, entretanto pendem de avaliação pelos respectivos Conselhos de Saúde.

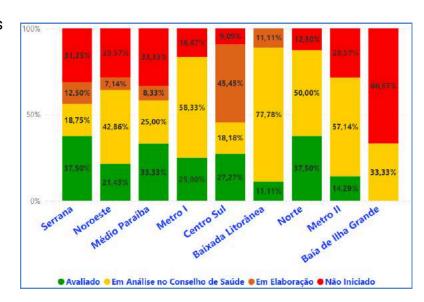




STATUS	Mun	%
Avaliado	24	26,09%
Em Análise no Conselho de Saúde	37	40,22%
Em Elaboração	10	10,87%
Não Iniciado	21	22,83%
Total	92	100,00%

Nesses gráficos, temos os dados relativos aos terceiros RDQA/2023, quase 1/4 dos instrumentos ainda são apresentados "não iniciados". Se somarmos os instrumentos "em elaboração", constatamos que 1/3 dos instrumentos ainda não foram apresentados aos Conselhos de Saúde.

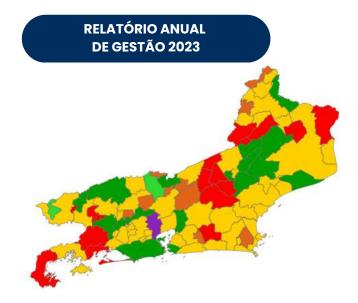
Por outro lado, novamente as regiões Metro 1 e Baixada Litorânea, junto com as regiões Norte e Metro II possuem uma grande quantidade de instrumentos pendentes de avaliação pelos respectivos Conselhos de Saúde.



Comparativamente à PAS, percebe-se que há maior dificuldade na consecução de todas as etapas relativas ao instrumento RDQA.

Pode-se depreender que isto se deve às próprias dificuldades de elaboração do instrumento, observando-se os números de RDQAs "em elaboração" e "não iniciados", como também aqueles que restam na etapa "em análise no Conselho de Saúde".

3.1.2.4. Situação dos RAG



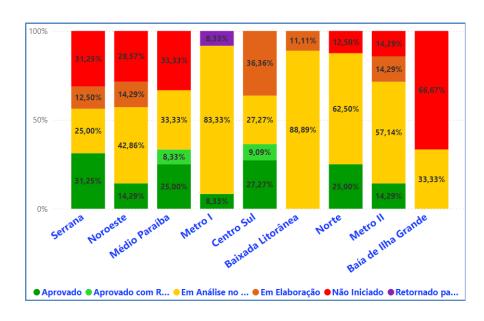
STATUS	Mun	%
Aprovado	17	18,48%
Aprovado com Ressalvas	2	2,17%
Em Análise no Conselho de Saúde	45	48,91%
Em Elaboração	10	10,87%
Não Iniciado	17	18,48%
Retornado para Ajustes	1	1,09%
Total	92	100,00%

O RAG é o instrumento que apresenta os resultados alcançados da PAS e, nesse sentido, é por meio dele que os gestores prestam contas das ações executadas no ano anterior.

Assim, ele deve ser enviado para análise do respectivo Conselho de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte à execução orçamentária.

No primeiro boletim deste ano, observamos que, em 2022, quase a metade dos RAG estavam em apreciação pelo Conselho de Saúde, cerca de 40% haviam sido analisados pelo Conselho, sendo um reprovado.

Quanto aos RAG 2023, havíamos observado que apenas 26,1% haviam sido apresentados aos Conselhos, 41,3% estavam em elaboração e, 32,6% estavam com status não-iniciado.



Diante dos números atuais, pouco mais de 48% dos RAG 2023 estão sob a análise dos Conselhos de Saúde e somente 20% passaram por todas as etapas e foram aprovados.

Os números, de longe, evidenciam maior necessidade de diálogo entre as gestões municipais e o controle social, mas também sugerem que uma maior participação social no planejamento do SUS pode contribuir para aprimorar o processo de gestão da saúde.

4. Sistemas de Apoio

Três fontes de dados desempenham um papel fundamental na compreensão e avaliação abrangente dos instrumentos de planejamento e gestão em saúde. Vamos conhecer um pouco sobre cada sistema e onde podemos encontrá-los.

01

Sistema DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento: Essa fonte fornece informações precisas e detalhadas diretamente dos municípios, permitindo uma visão abrangente sobre o desenvolvimento e implementação dos instrumentos de planejamento, como Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde (PAS), Relatórios de Gestão, entre outros. Agora, o sistema possui a aba "Acesso Público", onde você pode extrair planilhas contendo informações detalhadas sobre os instrumentos e as pendências dos Entes.







Para acesso ao DigiSUS Gestor Módulo https://digisusgmp.saude.gov.br/

02

Instrumentos de Planejamento e Gestão de Saúde: Essa ferramenta possibilita uma análise mais abrangente e inteligente das tendências, padrões e desempenho dos instrumentos de planejamento. Permite identificar lacunas, sucessos e áreas de melhoria, fornecendo uma visão estratégica para direcionar futuras ações.



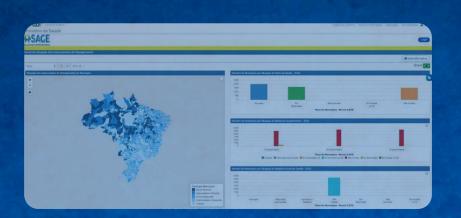




Para acesso ao Painel de Business Intelligence de Monitoramento dos instrumentos de Planejamento e Gestão em Saúde, escaneie o codigo QR ou acesse o link https://liasaude.com.br/paineldgmp/

03

Sala de Apoio e Gestão Estratégica (SAGE): Através desse painel, é possível realizar uma análise integrada e estratégica das informações, alinhando os dados dos instrumentos de planejamento com a estratégia global de saúde. Isso ajuda na tomada de decisões informadas e na alocação eficaz de recursos.







Para acesso ao Painel da Sala de Apoio à Gestão Estratégica - SAGE, escaneie o codigo QR ou acesse o linkhttps://portalsage.saude.gov.br/painellnstrumentoPlanejamento



5. Demais Ações Interfederativas



5.1 Ações na Atenção Primária à Saúde

5.1.1 Censo Nacional das UBS

O Censo Nacional das UBS vai fazer um diagnóstico das quase 50 mil UBS, reunindo as demandas e os desafios enfrentados pelos trabalhadores das UBS e gestores locais, além de identificar os principais gargalos que impedem o acesso, a qualidade e a integralidade dos serviços prestados na base (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Desta forma, o censo é uma ferramenta potente para aprimorar a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a partir das informações prestadas pelos trabalhadores e gestores municipais da saúde.





O estado do Rio de Janeiro foi o <u>1º do Brasil</u> a ter a adesão de TODOS os seus municípios no Censo das UBS.



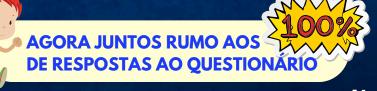


GESTOR ATENÇÃO!

Vocês já podem começar a responder o questionário do Censo das UBS através do **e-Gestor** pelo link abaixo: https://egestorab.saude.gov.br/

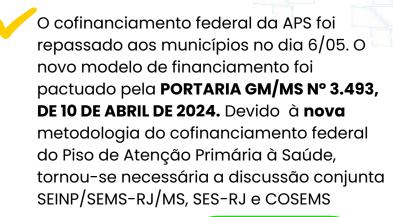
O gestor municipal precisa fazer o login na plataforma e-Gestor e cadastrar os respondentes do questionário.

A SAPS/MS recomenda que seja escolhido um respondente por UBS do município.



5.1.2 Novo Financiamento da APS





VEJA A PORTARIA GM/MŜ Nº 3.493 NA ÍNTEGRA



A **Oficina Estadua**l em parceria com SEINP/SEMS-RJ/MS, SES-RJ e COSEMS aconteceu no dia 06 de junho, com a abertura pela Presidente do COSEMS, Maria Augusta e da Superintendente da SEMS-RJ, Maria Aparecida Diogo, e teve a participação de **88% dos municípios.**

5.1.3 Oficina de Capacitação DigSus

Em maio, nos dias 03 e 06, através da parceria SEINP/SEMS-RJ e SES-RJ, foram realizadas as

capacitações no DIGISUS para 50 gestores e 50 conselheiros.

Acreditamos que a educação contínua é a chave para o sucesso na qualidade dos instrumentos de planejamento, cujo objetivo se traduz nas ações de saúde dentro de cada território.



5.2 Encerramento da Gestão Municipal de Saúde



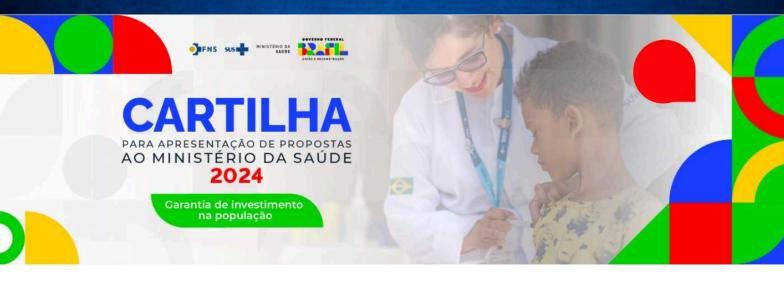
Em maio e junho a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ) iniciou uma série de reuniões com as Comissões Intergestores Regionais (CIR) do estado. Além de apresentar a SEMS-RJ e colocar toda a sua estrutura a serviço das Secretarias Municipais de Saúde, o objetivo dos encontros foi orientar os gestores municipais sobre o encerramento da atual gestão. Devido às eleições municipais deste ano, os gestores precisam estar atentos a uma série de questões legais visando o período de transição.





6. MINISTÉRIO DA SAÚDE: AGILIDADE E TRANSPARÊNCIA NAS SUAS AÇÕES

O Fundo Nacional de Saúde disponibiliza a versão 2024 da <u>Cartilha para Apresentação de Propostas</u> ao Ministério da Saúde. O documento traz orientações fundamentais para o sucesso de cada projeto.



Ao consultar o material, você encontra o passo a passo detalhado para acessar o InvestSUS e fazer o cadastramento de propostas para celebração ou formalização de convênios e contratos de repasse. Também são explicados os conceitos que diferenciam cada modalidade de financiamento e o modo de pagamento aplicável a cada caso, a depender do objeto e tipo de contratação.

Para facilitar ainda mais os procedimentos, a Cartilha indica quais são os programas prioritários do Ministério da Saúde. A listagem segue uma classificação conforme o tipo: Atenção Primária, Média e Alta Complexidade, Vigilância em Saúde e Ambiente, Ciência e Tecnologia, Educação em Saúde etc.

DA PROPOSTA AO RESULTADO

Cada proposta recebida segue uma tramitação específica dentro do Ministério da Saúde. O caminho até o resultado final da aprovação e execução depende de análises técnico-econômicas e pareceres que poderão determinar a necessidade de eventuais diligências ou complemento de informações.

Esses processos podem ser acompanhados direto no InvestSUS. O passo a passo para cada tipo de repasse também está descrito na Cartilha.

BAIXE SUA CARTILHA JÁ!







BAIXE O SEU EXEMPLAR!

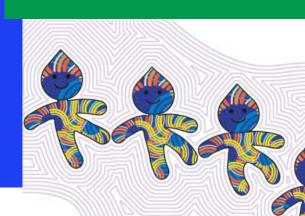




VAMOS NOS UNIR AO MOVIMENTO NACIONAL PELA VACINAÇÃO

O Movimento Nacional pela Vacinação tem foco prioritário na retomada das altas coberturas vacinais do Brasil. É uma das prioridades do governo federal para fortalecer o SUS e a cultura de vacinação do país.

A vacinação é a melhor maneira de proteger a criança contra doenças imunopreveníveis. O Calendário Nacional de Vacinação pode ajudar a descobrir quais vacinas seu filho precisa e quando. As vacinas disponibilizadas no Sistema Único de Saúde – SUS são seguras e de vital importância para proteção contra algumas doenças graves e muitas vezes fatais.



ACESSE O CALENDÁRIO VACINAL DE 2024:











SAIBA MAIS SOBRE A RETOMADA DO MAIS MÉDICOS





NOVIDADE: DADOS NA PALMA DA MÃO

Todos os dados estão disponíveis no recém-lançado Painel de Monitoramento dos Programas de Provimento, organizado a partir de informações sobre o PMM e o PMpB. A ferramenta amplia a transparência e facilita o acesso às informações para todas as pessoas. Interativo e dinâmico, o painel apoia a gestão dos programas e pode ser utilizado para orientar o planejamento e o aprimoramento das políticas da APS, pois permite a visualização dos dados por regiões dos estados e municípios.

• EDITAL N° 3/2024 (38° CICLO)

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, publicou o chamamento público de Municípios para adesão e renovação ao Projeto. Para o estado do Rio de Janeiro abriram mais de 90 vagas





VOCÊ SABIA

Agora o Mais Médicos tem um Boletim Mensal produzido pelo Ministério da Saúde.



BOLETIM DE MAIO







Ampliar o acesso a consultas, exames e outros procedimentos diagnósticos e terapêuticos no âmbito da Atenção Ambulatorial Especializada.

Elevar os graus de integralidade da Atenção Ambulatorial Especializada à Saúde.

Promover a integração dos serviços de Atenção
Ambulatorial Especializada com a rede de atenção, especialmente com a atenção primária à saúde, com vistas à garantia da continuidade do cuidado da pessoa.

Aprimorar a governança da RAS com centralidade na garantia do acesso, qualificação da atenção, gestão por resultados e financiamento estável. Promover o
monitoramento e a
avaliação das ações e dos
serviços de saúde, visando
melhorar a qualidade da
atenção especializada e
ampliar o acesso à saúde.

Qualificar e ampliar a contratualização com os serviços próprios e com a rede complementar.

Promover a mudança do modelo de gestão de filas e regulação do acesso à Atenção Ambulatorial Especializada, visando à equidade, à transparência, à adoção de uma base regional, ao foco na pessoa e na otimização de sua jornada, bem como ao uso de critérios clínicos para adequar a oferta de ações e serviços de saúde.

Promover a implementação de um novo modelo de financiamento para a Atenção Ambulatorial Especializada.

COMO SERÁ A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA?

ETAPA 1

ETAPA 2

ETAPA 3

Publicação das normativas

Adesão dos Gestores Publicação do Plano Regional

ETAPA 4

Publicação das normativas

Publicação do Plano Regional

ETAPA 5

Ofera de Cuidados Integrados

MUNICÍPIO:

Para mais informações como adesão, financiamento, contratualização, legislação e publicações, aponte sua câmera para:







O Brasil em números, dados e ações

O BRASIL EM NÚMEROS, DADOS E AÇÕES.

• O QUE É O COMUNICA BR?

Uma plataforma online de transparência ativa sobre programas e ações do Governo Federal com dados por estado ou ainda municipalizados, sempre que estes estiverem disponíveis.

O ComunicaBR está disponível no link: https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr



QUAIS DADOS VÃO SER DISPONIBILIZADOS NA PLATAFORMA?

Estarão disponíveis informações sobre a execução de programas como Mais Médicos, Brasil Sorridente, Farmácia Popular, Escola em Tempo Integral, Pacto Nacional pela Retomada de Obras, Bolsa Família, Bolsa Atleta, Lei Paulo Gustavo, obras do Novo PAC, Minha Casa Minha Vida, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Crédito Rural (Agronegócio) e Crédito Rural (Agricultura Familiar).

• QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES?

Ao entrar no ComunicaBR, o internauta poderá filtrar o nível territorial dos dados que quer acessar: nacional, estadual ou municipal. Na sequência, poderá finalizar a busca clicando em uma das três opções: CARDS INFORMATIVOS, RELATÓRIOS e PANFLETOS



7. Conclusão

Este Boletim teve por finalidade destacar o estado atual dos Instrumentos de Planejamento do estado do Rio de Janeiro e seus 92 dos municípios, com o objetivo demonstrar a evolução desses instrumentos neste segundo trimestre de 2024. Essas ações buscam sensibilizar e mobilizar gestores, técnicos e conselheiros municipais e estaduais a alimentar o DGMP, em consonância com a Portaria GM/MS nº 750/2019.

A Nota Informativa nº7/2021- CGFIP/DGIP/SE/MS recomenda aos gestores e conselhos de saúde que adotem as medidas necessárias para resolver quaisquer pendências nos municípios, evitando possíveis restrições nos repasses financeiros ou a obrigação de reembolsar recursos transferidos.

Além dos instrumentos de planejamento que servem de base para a definição de estratégias para o desenvolvimento das ações de saúde dentro do seu território, este boletim relata outras ações desenvolvidas pela SEMS-RJ neste trimestre, bem como as demais ações do Ministério da Saúde no estado do Rio de Janeiro.

A Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, por meio do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa, segue realizando as articulações interfederativas em todo território do estado do Rio de Janeiro, com um único objetivo: fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS).



7. REFERÊNCIAS

- Brasil. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990.** Dissponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm, obtido em março/2024.
- Brasil. **Lei 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade no SUS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm, obtido em março/2023
- Brasil. **Lei Complementer n° 141, de 13 de janeiro de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm, obtido em março/2024.
- Brasil. **Portaria nº 1.419, 8 de junho de 2017**, Gabinete do Ministro, Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19106553/do1-2017-06-09-portaria-n-1419-de-8-de-junho-de-2017-19105998, obtido em março/2024.
- Brasil. **Portaria nº 750, 29 de abril de 2019.** Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt0750_06_05_2019.html. março/2024.
- Brasil. Decreto Presendencial nº 1.232, de 30 de agosto de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1232.htm. obtido em março/2024.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

 Regimento Interno do Ministério da Saúde: Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016 /

 Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Brasília:

 Ministério da Saúde. Disponivel em:

 http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/regimento_interno_ministerio_saude.pdf, obtido em março/2024
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa. **Manual do usuário : DigiSUS gestor: módulo planejamento.** Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_usuario_digisus_gestao.pdf, março/2024
- Brasiília. **RECOMENDAÇÕES PARA O ENCERRAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL NA SAÚDE**. 3ª edição. CONASEMS. Disponível em: https://portal.conasems.org.br/orientacoes-tecnicas/noticias/6235_conasems-lanca-publicacao-tecnica-com-recomendacoes-para-o-encerramento-da-gestao-municipal-da-saude
- NOTA INFORMATIVA N° 7/2021-CGFIP/DGIP/SE/MS Sobre procedimentos aplicáveis diante da ausência de instrumentos de planejamento. Disponível em:

 https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/IGZcMXwwjifP7aejXNAR9BVMrkHfHjGaXmZ4jhb2.pdf, obtido em março/2024
- **DigiSus Gestor Módulo Planejamento.** DGMP 2023, Versão 1.13.0. Dispoível em: https://digisusgmp.saude.gov.br. Acesso em abril de 2024.
- Painel de Monitoramento dos Instrumentos de Planejamento e Gestão em Saúde, 2023. Disponível em: https://liasaude.com.br/paineldgmp/
- Painel da Situação dos Instrumentos de Planejamento. Disponível em: https://portalsage.saude.gov.br/painellnstrumentoPlanejamento.

6 6 0 0 0 minsaude



EXPEDIENTE:

Ministra da Saúde

Nísia Trindade Lima

Secretário Executivo

Swedenberger do Nascimento Barbosa

Superintendente da SEMS-RJ

Maria Aparecida Diogo Braga

Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa - SEINP RJ

Chefe

Patricia Martins Sant'Anna de Faria

Equipe Técnica:

Ana Paula Machado Martins

Angelica Adão Rezende

Danielle do Valle Garcia

Fernanda Rodrigues da Guia

Mariana de Souza Malnati

Monique da Silva Turques

Nicolas Araújo Carlos Crapez

Richard Morita Oliveira

Sylvia Amanda da Silva Leandro

Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEINP-RJ/SEMS-RJ/SAA/SE/MS)



Rua México, 128 - Centro Sobreloja 1 - Sala 16 20031-142 - Rio de Janeiro/RJ



(21) 3985-7566



seinp.sems.rj@saude.gov.br



